



Handwritten signature in blue ink.

RELATÓRIO E CONTAS 2023

Índice

Constituição dos Corpos Sociais	4
Relatório da Direção.....	5
Balanço	9
Demonstração dos Resultados por Naturezas	10
Demonstração dos Resultados por Naturezas (comparativo realizado/orçamentado).....	11
Demonstração dos Resultados por Naturezas (por Resposta Social).....	12
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	13
Demonstração dos Fluxos de Caixa	15
Anexo.....	16
1. Identificação da Entidade	16
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	16
3. Principais Políticas Contabilísticas	17
3.1. Bases de Apresentação	17
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	18
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	22
5. Ativos Fixos Tangíveis	22
6. Clientes e Utentes.....	23
7. Associados/membros	23
8. Outras contas a receber	24
9. Diferimentos	24
10. Caixa e depósitos bancários.....	24
11. Fundos patrimoniais	25
12. Outras variações nos fundos patrimoniais	25
13. Fornecedores	25
14. Adiantamentos de clientes	25
15. Estado e outros Entes Públicos.....	25
16. Outras contas a pagar	26
17. Vendas e serviços prestados.....	26
18. Subsídios, doações e legados à exploração	26
19. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	26
20. Fornecimentos e serviços externos	27
21. Gastos com o pessoal	27



22. Outros rendimentos	28
23. Outros gastos.....	28
24. Resultados financeiros.....	28
25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	28
26. Acontecimentos após data de Balanço	29

Constituição dos Corpos Sociais a 31-12-2023

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE: José Teixeira
1º SECRETÁRIO: Rui Marco Cid Martins
2º SECRETÁRIO: Paula Manuela da Silva Gonçalves da Cruz Duarte

CONSELHO FISCAL

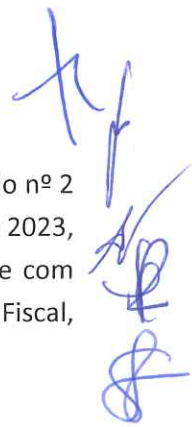
PRESIDENTE: Amândio Dias Madeira
SECRETÁRIO: Rui Pedro da Silva Lemos
VOGAL: Carlos da Silva Correia

DIREÇÃO

PRESIDENTE: Guilherme do Nascimento de Macedo Vilaverde
SECRETÁRIO: António Manuel da Mota Sousa Machado
TESOUREIRO: António José de Carvalho Valente
VOGAL: Susana Alexandra dos Reis Teixeira
VOGAL: Marta Luísa da Costa Pereira Dias

Relatório da Direção

Exercício Social 2023



APRESENTAÇÃO

De acordo com o preceituado nos Estatutos do CIVAS, mais concretamente na alínea b) do nº 2 do artigo 29º, a Direção vem apresentar o Relatório, Balanço e Contas referente ao ano de 2023, bem como a Proposta da Aplicação dos Resultados. Este documento, em conformidade com disposto no artigo 43º dos Estatutos, vem acompanhado pelo Parecer do Conselho Fiscal, referente ao mesmo exercício.

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório e contas pretende dar a conhecer, de forma sintetizada, as atividades por nós desenvolvidas em 2023, a nível operacional e financeiro, aprovadas no programa de ação e orçamento para o mesmo ano.

Se por um lado, conseguimos voltar à normalidade no que respeita à Pandemia COVID-19, por outro, a subida da taxa de inflação, já existente em 2022, continuou a não dar tréguas o que provocou, ainda mais, um aumento generalizado dos preços dos bens de 1ª necessidade e dos consumos decorrente do exercício da nossa atividade.

Mesmo assim, a Direção não baixou os braços perante este cenário e levou a cabo os projetos que tinha delineado para o ano em análise, sempre cientes daquilo que são os nossos objetivos e a nossa missão.

Entre todos os nossos projetos e ambições para 2023, há um que queremos dar o devido destaque neste documento - a celebração do 41º Aniversário do CIVAS. Este momento foi celebrado no mês da sua fundação, fevereiro de 2023, e contou com a presença de todos os que conosco têm colaborado ao longo destes anos: dirigentes, sócios, profissionais, voluntários, entidades públicas e associações congéneres. Este dia proporcionou a todos os presentes diversos momentos de convívio, de intervenções e de homenagens devidas.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A qualidade dos nossos serviços e o leque de atividades que desenvolvemos com as nossas crianças, permitiu-nos atingir a lotação máxima das nossas respostas da infância. Conseguimos dar cumprimento ao nosso projeto pedagógico e também proporcionar aos mais novos vários momentos de animação e diversão envolvendo, em determinados momentos, as suas famílias.

Com o passar dos anos, deparamo-nos com um forte envelhecimento da população e consequentemente um aumento do número de situações de dependência e de necessidades de cuidados especiais. Cientes desta realidade, o CIVAS tem ajustado as suas respostas e serviços recorrendo a novas competências e técnicas de animação e estimulação mais direcionadas para este tipo de utentes. Paralelamente a este tipo de iniciativas, mantivemos as dinâmicas habituais

com os nossos idosos mais autónomos, proporcionando-lhes diversos momentos de animação não só nas nossas instalações como em espaços exteriores.

3. OUTROS ACONTECIMENTOS RELEVANTES

No decorrer das nossas atividades operacionais, temos a destacar:

- a) No âmbito dos Acordos de Cooperação com a Segurança Social procedemos ao pedido de revisão do Acordo da ERPI de forma a atualizar o seu quadro de pessoal para aquele que é a nossa realidade e, ao mesmo tempo, cumprir com os normativos legais. Em 2022 já tínhamos solicitado a revisão dos Acordos de Centro de Dia e SAD, mas no decorrer de 2023 não conseguimos que o processo ficasse concluído, o que continuamos a aguardar orientações nesse sentido por parte da Segurança Social;
- b) Procedemos à submissão de uma candidatura ao PRR – Mobilidade Verde Social Veículos Elétricos com vista à obtenção de ajuda financeira para a aquisição de uma viatura elétrica para apoio ao SAD;
- c) Conseguimos, com sucesso, colocar em funcionamento um programa de registos diários das atividades da vida diária de todos os utentes integrados na resposta da ERPI. Este programa, direcionado para todos os profissionais desta resposta, veio facilitar, organizar e melhorar todos os registos diários que até aqui eram feitos por outros métodos menos eficazes e mais morosos;
- d) Continuámos a usufruir da generosidade de várias pessoas através do seu contributo na consignação da quota de IRS liquidado pelo Estado. Em 2023 recebemos do Estado 2.074,77€;
- e) Não poderíamos deixar de destacar o contributo efetuado por particulares e empresas, através de doações abrangidas pela Lei do Mecenato Social. No ano de 2023, o valor auferido foi de 5.616,96€.

4. INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

No âmbito do contínuo esforço de melhoria das nossas instalações e equipamentos, realizamos os seguintes investimentos:

- a) Com vista ao cumprimento dos normativos legais, renovamos os contratos de manutenção existentes, com os fornecedores habituais, para os equipamentos que necessitam dessa intervenção;
- b) Procedemos a uma grande reparação no elevador instalado no edifício da sede. Por desgaste, fomos forçados a mudar os cabos de tração e o variador de frequência do equipamento;
- c) Demos início aos trabalhos de impermeabilização no edifício do Lar, de forma a colmatar as infiltrações de água existentes nas fachadas;
- d) Para que o programa de registos diários das atividades dos utentes possa funcionar de forma eficaz, tivemos necessidade de adquirir 4 tablets para utilização do pessoal auxiliar;
- e) Procedemos à substituição de alguns equipamentos que se encontravam obsoletos, tais como:

- 
- Aquisição de uma trituradora industrial para o polo da Infância;
 - Aquisição de 2 máquinas de lavar roupa, uma para a Infância e outra para ser utilizada no polo do Centro de Dia / SAD;
- f) Outras reparações pontuais e aquisições de equipamentos e materiais de apoio às atividades.

Os investimentos efetuados em 2023, totalizaram um valor aproximado de 38.000,00€.

5. RECURSOS HUMANOS

A gestão de recursos humanos tem um destaque importante na vida da instituição. Não é por acaso que é a área com maior impacto financeiro nos resultados da instituição e na sua sustentabilidade.

Nesta área, tentamos constantemente equilibrar as necessidades dos trabalhadores com as necessidades da instituição, no entanto este equilíbrio só é possível de satisfazer com a constituição de um quadro de pessoal estável e com recursos suficientes para a atingirmos os objetivos a que nos propomos diariamente.

Em 2023, além de continuarmos a efetuar candidaturas os projetos CEI do IEPF, tivemos necessidade de recrutar uma Animador Cultural para reforço do quadro de pessoal da ERPI e um Motorista de Ligeiros, a tempo parcial, para o transporte de utentes do Centro de Dia.

O voluntariado continua a ter uma forte participação na vida da instituição, reconhecendo-se a mais-valia que estas pessoas têm na prossecução dos nossos fins.

6. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

Em 2023, além de mantermos o nosso site atualizado com informações úteis relacionadas com o funcionamento das diversas respostas sociais, também partilhamos com os familiares dos nossos utentes, através de outros meios de comunicação, alguns momentos relacionados com atividades desenvolvidas ao longo do ano, e que merecem ser destacados.

7. OUTRAS INFORMAÇÕES REQUERIDAS

O CIVAS não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária, ao Instituto de Segurança Social e a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

8. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO PERÍODO

Após o encerramento do período e até á presente data não se verificaram acontecimentos subsequentes a divulgar ou a reconhecer que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as nossas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Período de 2023 foi de 4.563,70€, montante que propomos seja levado à conta de Resultado Transitados.

CONSIDERAÇÃO FINAL

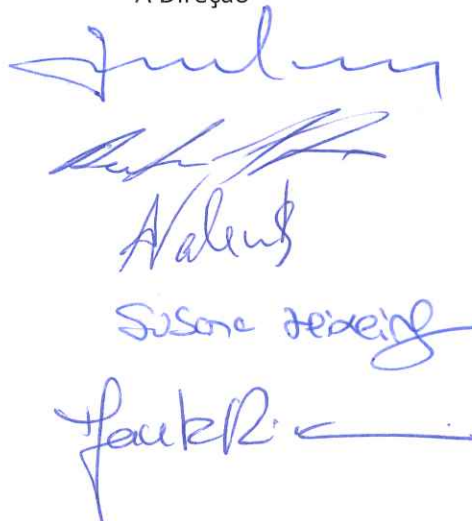
Com o foco na gestão rigorosa e na qualidade dos serviços que prestamos, não descurando a sustentabilidade, podemos orgulhar dos resultados alcançados.

Não podemos deixar de relevar o esforço de todos os que diariamente contribuem para que os nossos objetivos estatutários sejam uma realidade, dando o melhor de si, todos os dias, em prol de uma única causa – servir a comunidade que nos procura.

O nosso sentido obrigado!

Senhora da Hora, 26 de fevereiro de 2024

A Direção



Balção

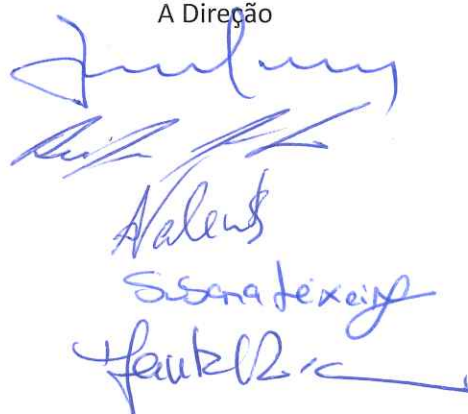
Em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2023	31-12-2022
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	2 181 055,80	2 257 099,94	
Subtotal		2 181 055,80	2 257 099,94	
Ativo corrente				
Clientes e utentes	6	623,44	836,98	
Associados/membros	7	30,00	-	
Outras contas a receber	8	14 678,87	8 504,27	
Diferimentos	9	5 000,62	4 843,41	
Caixa e depósitos bancários	10	1 107 452,18	1 075 955,82	
Subtotal		1 127 785,11	1 090 140,48	
Total do Ativo		3 308 840,91	3 347 240,42	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	11	7 878,44	7 878,44	
Resultados transitados	11	1 777 941,71	1 746 485,60	
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	1 167 202,52	1 197 250,87	
Resultado Líquido do período	11	4 563,70	31 456,11	
Total do fundo do capital		2 957 586,37	2 983 071,02	
Passivo				
Passivo não corrente		-	-	
Subtotal		-	-	
Passivo corrente				
Fornecedores	13	40 071,24	39 343,63	
Adiantamentos de clientes	14	12 997,60	15 742,73	
Estado e outros Entes Públicos	15	41 092,70	35 946,40	
Associados/membros	7	-	60,00	
Diferimentos	9	11 727,80	45 836,38	
Outras contas a pagar	16	245 365,20	227 240,26	
Subtotal		351 254,54	364 169,40	
Total do passivo		351 254,54	364 169,40	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 308 840,91	3 347 240,42	

A Contabilista Certificada



A Direção



Demonstração dos Resultados por Naturezas

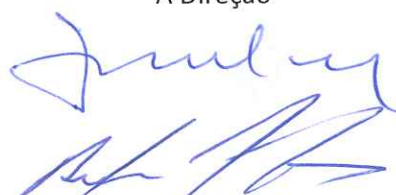
Período findo em 31 de dezembro de 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	17	1 133 039,25	1 113 894,35
Subsídios, doações e legados à exploração	18	1 165 582,30	1 057 072,10
Custo dos inventários vendidos e das matérias consumidas	19	(83 421,82)	(77 618,94)
Fornecimentos e serviços externos	20	(600 373,38)	(582 152,09)
Gastos com o pessoal	21	(1 597 936,64)	(1 457 212,61)
Outros rendimentos	22	76 115,50	74 555,39
Outros gastos	23	(4 695,32)	(3 858,41)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		88 309,89	124 679,79
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(94 559,63)	(93 974,43)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(6 249,74)	30 705,36
Juros e rendimentos similares obtidos	24	10 813,44	750,75
Resultados antes de impostos		4 563,70	31 456,11
Resultado líquido do período		4 563,70	31 456,11

A Contabilista Certificada


 62255

A Direção


 A. Leites
 Susana Teixeira
 Paulo R.

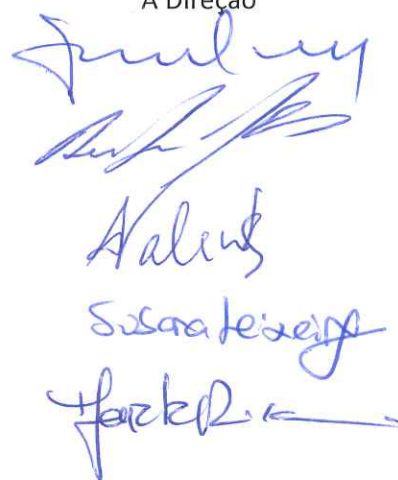
Demonstração dos Resultados por Naturezas
(comparativo realizado / orçamentado)
Período findo em 31 de dezembro de 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	2023		
	Realizado	Orçamentado	Desvios
Vendas e serviços prestados	1 133 039,25	1 148 068,00	(15 028,75)
Subsídios, doações e legados à exploração	1 165 582,30	1 107 726,35	57 855,95
Custo dos inventários vendidos e das matérias consumidas	(83 421,82)	(87 500,00)	4 078,18
Fornecimentos e serviços externos	(600 373,38)	(632 321,08)	31 947,70
Gastos com o pessoal	(1 597 936,64)	(1 551 364,94)	(46 571,70)
Outros rendimentos	76 115,50	70 568,35	5 547,15
Outros gastos	(4 695,32)	(500,00)	(4 195,32)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	88 309,89	54 676,68	33 633,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(94 559,63)	(100 224,43)	5 664,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(6 249,74)	(45 547,75)	39 298,01
Juros e rendimentos similares obtidos	10 813,44	120,00	10 693,44
Resultados antes de impostos	4 563,70	(45 427,75)	49 991,45
Resultado líquido do período	4 563,70	(45 427,75)	49 991,45

A Contabilista Certificada



A Direção



Valent
Sara Teixeira
Ferreira

Demonstração dos Resultados por Naturezas (por resposta social)
Período findo em 31 de dezembro de 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	RESPOSTAS SOCIAIS							
	C. FAMILIAR	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	C. DIA	SAD	ERPI	AT. SENIORES	2023
Vendas e serviços prestados	23 015,75	44 830,74	130 449,64	78 209,34	89 295,52	765 331,26	1 907,00	1 133 039,25
Subsídios, doações e legados à exploração	196 044,03	194 548,07	243 621,62	51 530,92	197 806,77	282 030,89	0,00	1 165 582,30
Custo dos inventários vendidos e das matérias consumidas	-	(15 884,80)	(37 077,92)	(3 309,89)	-	(27 149,21)	-	(83 421,82)
Fornecimentos e serviços externos	(151 814,79)	(15 623,51)	(45 022,46)	(42 769,27)	(55 604,61)	(289 092,81)	(445,93)	(600 373,38)
Gastos com o pessoal	(34 001,13)	(204 741,58)	(291 359,06)	(110 589,63)	(188 131,47)	(768 251,80)	(861,97)	(1 597 936,64)
Outros rendimentos	921,98	4 076,18	22 866,04	5 991,37	3 799,12	36 948,72	1 512,09	76 115,50
Outros gastos	(406,58)	(49,88)	(345,77)	(74,92)	(247,31)	(3 570,86)	-	(4 695,32)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	33 759,26	7 155,22	23 132,09	(21 012,08)	46 918,02	(3 753,81)	2 111,19	88 309,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	(1 744,34)	(3 271,31)	(13 623,16)	(2 702,70)	(69 045,18)	(4 172,94)	(94 559,63)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	33 759,26	5 410,88	19 860,78	(34 635,24)	44 215,32	(72 798,99)	(2 061,75)	(6 249,74)
Juros e rendimentos similares obtidos	1 081,34	1 081,34	2 162,69	1 622,02	2 162,69	2 703,36		10 813,44
Resultados antes de impostos	34 840,60	6 492,22	22 023,47	(33 013,22)	46 378,01	(70 095,63)	(2 061,75)	4 563,70
Resultado líquido do período	34 840,60	6 492,22	22 023,47	(33 013,22)	46 378,01	(70 095,63)	(2 061,75)	4 563,70

A Contabilista Certificada

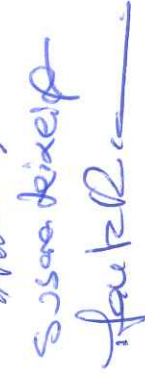
A Direção

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios
Período findo em 31 de dezembro de 2022

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
1	1	7 878,44	-	1 692 226,54	1 227 299,22	54 259,06	2 981 663,26
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo refrencial contabilístico							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11			54 259,06	(30 048,35)	(54 259,06)	(30 048,35)
2				54 259,06	(30 048,35)	(54 259,06)	(30 048,35)
3	11					31 456,11	31 456,11
4=2+3						(22 802,95)	1 407,76
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Subsídios, doações e legados							
5		-	-	-	-	-	-
6=1+2+3+5		7 878,44	-	1 746 485,60	1 197 250,87	31 456,11	2 983 071,02

A Contabilista Certificada

A Direção



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios
Período findo em 31 de dezembro de 2023

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	7 878,44	-	1 746 485,60	1 197 250,87	31 456,11	2 983 071,02
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11			31 456,11	(30 048,35)	(31 456,11)	(30 048,35)
	7			31 456,11	(30 048,35)	(31 456,11)	(30 048,35)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					4 563,70	4 563,70
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					(26 892,41)	(25 484,65)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
	10					-	-
POSICÃO NO FIM DO ANO 2023	6+7+8+10	7 878,44	-	1 777 941,71	1 167 202,52	4 563,70	2 957 586,37

A Contabilista Certificada

A Direção

Demonstração dos Fluxos de Caixa

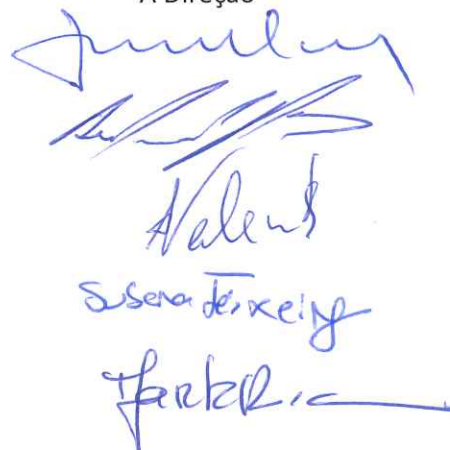
Período findo em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		1 157 051,14	1 129 298,67
Pagamento a fornecedores		(572 529,95)	(570 253,82)
Pagamentos ao pessoal		(1 572 989,35)	(1 450 582,89)
Caixa gerada pelas operações		(988 468,16)	(891 538,04)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		1 027 814,17	1 022 014,36
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		39 346,01	130 476,32
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(18 663,09)	(65 062,69)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	1 500,00
Juros e rendimentos similares		10 813,44	750,75
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(7 849,65)	(62 811,94)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Amortizações Contratos Locação Financeira			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		31 496,36	67 664,38
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	1 075 955,82	1 008 291,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	1 107 452,18	1 075 955,82

A Contabilista Certificada



A Direção



Anexo

Período findo em 31 de dezembro de 2023



1. Identificação da Entidade

O CIVAS – Centro de Infância, Velhice e Ação Social da Senhora da Hora de é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Portal da Justiça em 22 de março de 2017, com sede na Av. Fabril do Norte, 717 4460-314 Senhora da Hora. Tem como atividade principal o apoio à Infância e 3ª Idade para que possa prosseguir os objetivos principais – a promoção e divulgação de atividades do âmbito da Segurança Social, nomeadamente:

- Creche Familiar;
- Creche;
- Pré-Escolar;
- Centro de Dia;
- SAD (Serviço de Apoio Domiciliário);
- ERPI (Estrutura Residencial para Idosos).

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outras contas a receber e a pagar*” (Notas 8 e 16) e “*Diferimentos*” (Nota 9).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	Entre 6 e 50
Equipamento básico	Entre 4 e 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	Entre 3 e 6
Outros Ativos fixos tangíveis	Entre 4 e 6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, encontrando-se relevadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.5. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *Revogada;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram a isenção;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.*"

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. No entanto, a entidade não possui rendimentos nestas condições.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	Saldo em 01-jan-2022	Aquisições	Abates	Saldo em 31-dez-2022
Custo				
Terrenos e recursos naturais	70 832,00			70 832,00
Edifícios e outras construções	3 230 267,93	35 276,40		3 265 544,33
Equipamento básico	205 440,42	499,99		205 940,41
Equipamento de transporte	136 902,53		(19 829,12)	117 073,41
Equipamento administrativo	131 522,84	1 611,30		133 134,14
Outros ativos fixos tangíveis	59 561,51	27 675,00		87 236,51
Total	3 834 527,23	65 062,69	(19 829,12)	3 879 760,80
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	1 039 729,13	80 209,22		1 119 938,35
Equipamento básico	193 352,39	2 797,50		196 149,89
Equipamento de transporte	136 902,53	-	(19 829,12)	117 073,41
Equipamento administrativo	127 604,91	2 121,07		129 725,98
Outros ativos fixos tangíveis	51 399,01	8 374,22		59 773,23
Total	1 548 987,97	93 502,01	(19 829,12)	1 622 660,86

Descrição	Saldo em 01-jan-2023	Aquisições	Abates	Saldo em 31-dez-2023
Custo				
Terrenos e recursos naturais	70 832,00			70 832,00
Edifícios e outras construções	3 265 544,33	14 798,64		3 280 342,97
Equipamento básico	205 940,41	1 808,59	(15 959,73)	191 789,27
Equipamento de transporte	117 073,41			117 073,41
Equipamento administrativo	133 134,14	1 549,79	(14 007,33)	120 676,60
Outros ativos fixos tangíveis	87 236,51	506,07	(888,77)	86 853,81
Total	3 879 760,80	18 663,09	(30 855,83)	3 867 568,06
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	1 119 938,35	81 689,15		1 201 627,50
Equipamento básico	196 149,89	2 254,36	(15 959,73)	182 444,52
Equipamento de transporte	117 073,41			117 073,41
Equipamento administrativo	129 725,98	2 178,62	(13 859,73)	118 044,87
Outros ativos fixos tangíveis	59 773,23	8 437,50	(888,77)	67 321,96
Total	1 622 660,86	94 559,63	(30 708,23)	1 686 512,26

6. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c	623,44	836,98
Utentes	623,44	836,98
Total	623,44	836,98

Nos períodos de 2023 e 2022 não se verificaram situações de “*Perdas por Imparidade*”.

7. Associados/membros

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Quotas	30,00	-
Total	30,00	-
Passivo		
Quotas	-	60,00
Total	-	60,00

8. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Devedores por acréscimos de rendimentos	12 432,29	6 379,39
Outros Devedores	2 246,58	2 124,88
Total	14 678,87	8 504,27

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 504,24	1 400,07
Subsídio Alimentação Amas	3 360,00	2 904,55
Outros	136,38	538,79
Total	5 000,62	4 843,41
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à Exploração	11 727,80	45 836,38
Total	11 727,80	45 836,38

O valor da rubrica rendimentos a receber referentes a Subsídios à Exploração, no ano de 2023, diz respeito ao mencionado nas Cláusulas II do Compromisso de Cooperação para o Sector Solidário para o biénio 2023-2024.

10. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	343,32	373,57
Depósitos à ordem	207 108,86	275 582,25
Depósitos a prazo	900 000,00	800 000,00
Total	1 107 452,18	1 075 955,82

11. Fundos patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2023
Fundos	7 878,44			7 878,44
Resultados transitados	1 746 485,60	31 456,11		1 777 941,71
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 197 250,87		30 048,35	1 167 202,52
Resultado Líquido do Período	31 456,11		26 892,41	4 563,70
Total	2 983 071,02	31 456,11	56 940,76	2 957 586,37

12. Outras variações nos fundos patrimoniais

O saldo desta rubrica, em 2023, apresentava-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2023
Subsídios ao investimento	1 027 305,58	-	30 048,35	997 257,23
Doações	169 945,29	-	-	169 945,29
Total	1 197 250,87	-	30 048,35	1 167 202,52

13. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	40 071,24	39 343,63
Total	40 071,24	39 343,63

14. Adiantamentos de clientes

Nesta rubrica estão registados os adiantamentos efetuados por clientes por conta de vendas e prestação de serviços.

15. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	9 069,50	8 266,50
Segurança Social	32 023,20	27 268,46
Fundos Compensação do Trabalho	-	411,44
Total	41 092,70	35 946,40

16. Outras contas a pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
	Corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	227 729,86	208 054,97
Outros credores por acréscimos de gastos	9 768,37	10 003,85
Outros credores	7 866,97	9 181,44
Total	245 365,20	227 240,26

17. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados":

Vendas:

Descrição	2023	2022
Materiais de consumo	29 340,61	28 625,61
Total	29 340,61	28 625,61

Serviços prestados:

Descrição	2023	2022
Quotas dos utilizadores	1 094 728,64	1 074 738,74
Quotas e Jóias	8 970,00	10 530,00
Total	1 103 698,64	1 085 268,74

18. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 159 965,34	1 049 633,85
Doações	5 616,96	7 438,25
Total	1 165 582,30	1 057 072,10

19. Custo dos inventários vendidos e das matérias consumidas

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas" apresentavam os seguintes valores:

Descrição	2023	2022
Inventário Inicial	-	-
Compras	83 421,82	77 618,94
Inventário Final	-	-
CMVMC	83 421,82	77 618,94

A instituição adquire os seus produtos para consumo imediato. Como tal, eventuais stocks que existam, no final do exercício, nunca terão um valor materialmente relevante que possa influenciar o resultado e, por outro lado, não acrescentam qualquer informação adicional aos utilizadores da informação financeira.

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	218 464,77	205 547,14
Serviços especializados	143 508,43	147 902,04
Materiais	6 603,90	5 604,19
Energia e fluidos	92 811,31	101 433,59
Deslocações, estadas e transportes	521,15	596,10
Serviços diversos (*)	138 463,82	121 069,03
Limpeza, Higiene e Conforto	35 686,06	33 462,36
Sub. Alimentação Amas	34 509,23	33 078,06
Outros	11 615,13	7 368,04
Total	600 373,38	582 152,09

(*) Discriminadas as três rubricas de maior relevância por ordem decrescente

21. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2023 e 2022, foram 11 em cada um dos períodos. Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 82 em 2023 e em 2022.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao Pessoal	1 246 885,16	1 144 098,51
Indemnizações	34 173,01	7 385,50
Encargos sobre as Remunerações	275 222,71	257 835,62
Seguro de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	17 303,18	17 645,27
Outros Gastos com o Pessoal	24 352,58	30 247,71
Total	1 597 936,64	1 457 212,61

22. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	26 850,21	17 374,49
Descontos de pronto pagamento obtidos	827,00	918,49
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	1 500,00
Outros rendimentos (*)	48 438,29	54 762,41
Imputação dos subsídios para o investimento	30 048,35	30 048,35
Restituição de Impostos (IVA + Consignação IRS)	15 806,98	23 321,07
Outros	2 532,85	467,29
Total	76 115,50	74 555,39

(*) Discriminadas as três rubricas de maior relevância por ordem decrescente

23. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Dívidas incobráveis	245,00	20,00
Abates	147,60	-
Taxas	30,00	131,86
Outros Gastos (*)	4 272,72	3 706,55
Multas não fiscais	2 901,70	2 290,30
Correções relativas a períodos anteriores	871,32	716,65
Quotizações	498,00	498,00
Total	4 695,32	3 858,41

(*) Discriminadas as três rubricas de maior relevância por ordem decrescente

24. Resultados financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	10 813,44	750,75
Total	10 813,44	750,75
Resultados financeiros	10 813,44	750,75

25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

26. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direção para emissão em 26 de fevereiro de 2024.

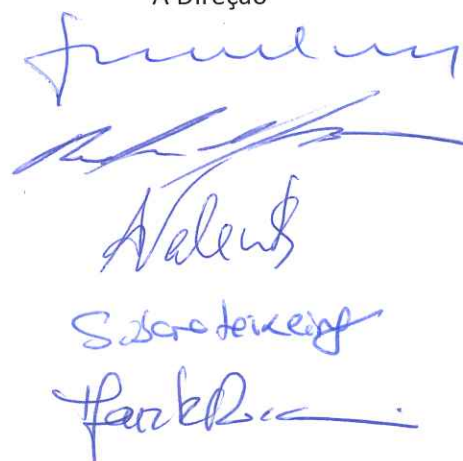
Senhora da Hora, 26 de fevereiro de 2024

A Contabilista Certificada



62255

A Direção



Valent
S. de Sousa
F. de Sousa

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento do instituído na alínea b) do art.º 14º do Decreto-Lei nº. 172-A/2014, de 14 de Novembro e da alínea d) do Artigo 43º dos Estatutos desta Associação, o Conselho Fiscal do CIVAS emite o Relatório e dá o seu PARECER, sobre o Relatório, Balanço e Contas da Direção relativas ao Exercício Social de 2023, bem como da proposta apresentada pela Direção para a aplicação do resultado líquido do período, cujos documentos nos foram presentes para análise e estão no site desta instituição (www.civas.pt) para consulta dos senhores associados com vista à sua apreciação, discussão e votação, na Assembleia Geral Ordinária, agendada para o dia 18 do mês de março de 2023 na sede social do CIVAS.

1. – RELATÓRIO

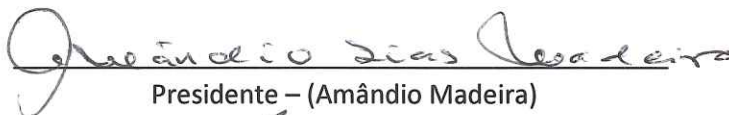
- 1.1 O Conselho Fiscal reuniu periodicamente para acompanhamento e análise das contas no decorrer do exercício social; participou em reuniões de direção e obteve toda a colaboração por parte dos serviços administrativos e financeiros da instituição; analisou o “Relatório e Contas” elaborado pela Direção para o exercício de 2023, participou na reunião de direção de aprovação de contas realizada em 26 de fevereiro, tendo constatado que o Relatório demonstra claramente a execução dos principais atos de gestão que visaram satisfazer os objetivos propostos no seu Programa de Ação e Orçamento.
- 1.2 O Relatório da Direção e as demais peças contabilísticas - Balanço, Demonstração dos Resultados e demais mapas presentes e o respetivo anexo, relativas ao ano de 2023, cumprem a lei e os Estatutos e estão elaboradas segundo as normas SNC-ESNL (Sistema Normalização Contabilística-Entidades do Setor Não Lucrativo), espelhando numa forma clara, o rigor da gestão no global e, em todas as valências sociais, durante o exercício económico a que as mesmas se reportam.

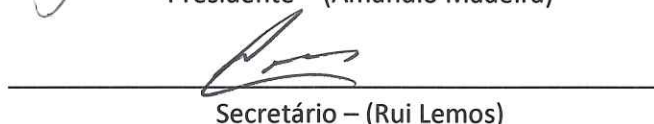
2. – PARECER

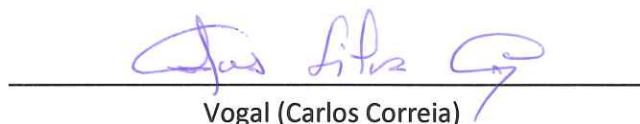
Perante o exposto, o Conselho Fiscal é de parecer, que:

- a) Seja aprovado o relatório apresentado pela Direção referente ao ano de 2023;
- b) Seja aprovado o Balanço e Contas do Exercício Social relativas ao ano de 2023;
- c) Seja aprovada a proposta formulada pela Direção para a aplicação do Resultado Líquido do Período, no montante de **4.563,70€**, a levar à conta de Resultados Transitados.

Senhora da Hora, 27 de fevereiro de 2024


Presidente – (Amândio Madeira)


Secretário – (Rui Lemos)


Vogal (Carlos Correia)